FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ

Licenciatura em História

As Raízes da Ordem Social Feudal

Ana Beatriz Braz

**Avaré
2017**

FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ

Licenciatura em História

As Raízes da Ordem Social Feudal

Ana Beatriz Braz

Prof.^a MSc. Dinamene Gomes Godinho Santos

**Trabalho apresentado como exigência parcial
para obtenção do grau de graduado em
História.**

**Avaré
2017**

ANA BEATRIZ BRAZ

AS RAÍZES DA ORDEM SOCIAL FEUDAL

COMISSÃO EXAMINADORA

Avaré, ____ de ____ de 2017.

A Rosa e Antonio, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pelo dom da reflexão e pelo dom da resiliência, que me possibilitam a continuar a caminhar e evoluir.

Aos meus pais, eterna gratidão por sempre me apoiarem e incentivarem em meus empreendimentos, por serem presentes em minha vida, me amarem incondicionalmente e nunca desistirem de mim, me ouvindo com meu falatório infindável, amo vocês. A minha irmã Isabela, por sempre estar presente, por ser minha parceira e confidente.

A professora e orientadora MSc. Dinamene Gomes Godinho Santos, os meus gratos sentimentos. Ao longo desses três anos, vi inúmeros alunos que tiveram suas histórias marcadas por esse ser humano fantástico, agradeço imensamente por também fazer parte da minha. Obrigada por ter aceitado ser minha orientadora, dando a oportunidade para que esse trabalho viesse a existir, sinceramente, foi uma honra ser sua orientanda.

Aos amigos que a vida me apresentou, Alex Mayer, Rudney Quirino, Ítalo Franciscon, João Nogueira e Larissa Pedro, pelo companheirismo, pelas incontáveis conversas dos mais distintos assuntos em nossa “távola redonda”. Em especial, agradeço a Maria Helena, pelo convívio, pelo companheirismo e pela amizade sincera que me dedica, obrigada de coração. Não poderia deixar de agradecer a Leticia Batista, pelos muitos anos de amizade e por ser uma amiga incrível.

Aos professores, agradeço pelos conhecimentos transmitidos, pelas indicações, pelo convívio e por cada momento que me tornaram o que sou hoje, que foram de suma importância para minha formação acadêmica e pessoal. Obrigada aos funcionários da FIRA, pela disposição e por serem sempre solícitos.

BRAZ, Ana Beatriz. **As raízes da ordem social feudal**. 34 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Integradas Regionais de Avaré, Avaré, 2017.

RESUMO

O presente trabalho constituiu-se na busca para o esclarecimento das raízes da ordem social vigente na Europa Central dos séculos IX ao XII. Para chegar a tais raízes, foram estabelecidas delimitações, iniciando-se por: analisar as relações sociais presentes no Império Romano entre os séculos III ao V; analisar as relações sociais características dos povos germânicos; analisar as transformações sociais ocorridas na Europa após as invasões germânicas; identificar como o Império Franco fortaleceu a relação de dependência entre nobreza e camponês; analisar a importância das segundas invasões bárbaras para o fortalecimento desses laços de dependência; analisar o papel da Igreja na organização social feudal; compreender como se deu a estruturação do sistema feudal; compreender a especificidade da relação de suserania e vassalagem; analisar as características da relação servil de produção; compreender os interesses políticos e econômicos ligados a formulação da estrutura social. Para responder a tais questionamentos, utilizou-se a análise bibliográfica das obras de renomados autores medievalistas, como BLOCH, LE GOFF, DUBY e FRANCO JR. As análises demonstram que as raízes datam dos vários processos que levaram a ligação do homem à terra, e de como eram vulneráveis diante da grande aristocracia que a detinha, estando sempre a mercê de um senhor, sujeitos a eles pela necessidade de moradia e alimentação

PALAVRAS-CHAVE

Feudalismo; Sociedade Feudal; Ordens.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. RELAÇÕES SOCIAIS PRESENTES NO IMPÉRIO ROMANO ENTRE OS SÉCULOS III E V.....	10
3. RELAÇÕES SOCIAIS DOS POVOS GERMÂNICOS.....	14
4. INVASÕES GERMÂNICAS.....	17
4.1. Império Franco e o fortalecimento da relação de dependência.....	19
4.2. Consequências das segundas invasões.....	20
5. O PAPEL DA IGREJA NA ORGANIZAÇÃO FEUDAL.....	21
6. CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FEUDAL.....	24
6.1. As relações servis de produção.....	28
6.2. A vassalagem.....	29
7. A IMPORTÂNCIA DA MATRIZ SOCIAL NA MANUTENÇÃO DA ORDEM FEUDAL.....	30
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1. Introdução

Diferentemente da sociedade atual, que é caracterizada pela globalização e pelo ideário de liberdade, onde cada indivíduo possui o direito de ir e vir, e é livre em desejar e tentar conquistar posição em determinada camada social, a sociedade feudal foi caracterizada pela fragmentação, decorrente das invasões bárbaras, sendo ela localista, caracterizada também pela ligação do homem à terra e por uma rígida ordem social, estabelecida pelo nascimento, ditando assim, a condição permanente do indivíduo na sociedade.

A Sociedade Feudal, em sua plena formação e características, surgiu na Europa Central entre os séculos IX e XII, sendo uma sociedade estamental e tripartida, marcada pela ruralização, pela produção de subsistência e pela política descentralizada. Devido a esse cenário político e econômico do feudalismo, a sociedade foi tripartida e regida por ordens, onde cada qual detinha seu papel, estabelecendo-se assim as relações entre clero, nobreza e campesinato. Sendo uma sociedade agrária, a dinâmica feudal se fundamentou sobretudo na propriedade de terra, fortalecendo assim, os laços de suserania e vassalagem, e da servidão.

Portanto, não se negava a desigualdade, mas ela era justificada através da reciprocidade, da troca equilibrada de serviços. Uns rezando para afastar as forças do Mal e trazer os favores divinos para o homem: os clérigos ou oradores na linguagem da época. Outros lutando para proteger a sociedade cristã dos infiéis (mulçumanos) e dos pagãos (vikings, húngaros, eslavos): os guerreiros ou bellatores. Outros ainda produzindo para o sustento de todos: os trabalhadores ou laboratores. (FRANCO Jr., 1991, p. 36)

O feudalismo foi a sociedade que surgiu dos escombros da anterior, formada devido a segunda horda de invasões bárbaras, que causou a fragmentação da unidade territorial da Europa Central, sendo a única possível para seu tempo. Mas uma sociedade tão rígida, ordenada e de forte mentalidade não poderia ter surgido tão rapidamente sem profundas bases.

Assim, o presente artigo cujo tema é “A Formação da Sociedade Feudal”, objetivou elucidar as raízes para o estabelecimento da ordem social vigente na Europa Central dos séculos IX ao XII. Sendo a hipótese levantada para a questão de que as raízes datam dos processos de ligação do homem com a terra e a vulnerabilidade de defesa do mesmo, estando sempre a mercê de um senhor, quadro intensificado com a fragmentação do território e desestruturação do poder central.

Foram estabelecidas delimitações para que se chegasse a uma conclusão e avaliasse o valor de verdade da hipótese levantada, iniciando por: analisar as relações sociais presentes no Império Romano entre os séculos III ao V; analisar as relações sociais características dos

povos germânicos; analisar as transformações sociais ocorridas na Europa após as invasões germânicas; identificar como o Império Franco fortaleceu a relação de dependência entre nobreza e camponês; analisar a importância das segundas invasões bárbaras para o fortalecimento desses laços de dependência; analisar o papel da Igreja na organização social feudal; compreender como se deu a estruturação do sistema feudal; compreender a especificidade da relação de suserania e vassalagem; analisar as características da relação servil de produção; compreender os interesses políticos e econômicos ligados a formulação da estrutura social. Para que tais questionamentos fossem esclarecidos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, realizando as análises das obras de conceituados autores medievalista.

Ao se analisar a longa duração da formação feudal, tem-se que ressaltar que há forças estruturais subjacentes à teia de acontecimentos, ou seja, a história não é só um compilado de fatos, mas sim uma história total, que presa pelos mais diversos aspectos da vida humana. Dessa forma, contempla-se no corpo social feudal uma sociedade de características únicas, construída pelo tempo, pelas relações dialéticas das sociedades romanas e germânicas, juntamente com a Igreja, estruturando os elementos internos, próprios dessa sociedade.

A presente pesquisa buscou de maneira sistemática explanar as raízes do estabelecimento de tal sociedade, não se atendo apenas à linha cronológica factual, mas sim demonstrando os aspectos que a tornaram possível. Para tanto, foi dividida em seis capítulos e quatro subcapítulos, sendo cada qual voltado para os aspectos que foram essenciais para a estruturação social feudal.

No primeiro capítulo, realizou-se a análise das relações sociais presentes no Império Romano dos séculos III ao V, onde se procurou retratar os preceitos comuns dessa sociedade, discorrendo sobre as classes sociais existentes, o modo de produção, a política, a religião e o direito. Para que fosse possível a análise de tão complexo e extenso assunto, contou-se com as obras de ANDERSON (1991); BROW (1989); CHEILIK (1984); COULANGES (2011); FLORENZANO (1982); FRANCO JR (1991) e VEYNE (1989).

No segundo capítulo, tratou-se das relações sociais dos povos germânicos, buscando evidenciar as características intrínsecas da sociedade germânica, demonstrando o estilo de vida tribal, o modo de produção, o direito consuetudinário, a religião e a belicosidade, sendo a base social familiar. Esse capítulo só foi possível mediante a análise de autores que se dedicaram a explorar a rica história dos povos germânicos, sendo eles: ANDERSON (1991); GIORDANI (1970); GUERRAS (1987); HEERS (1977) e MACEDO (2006).

O terceiro capítulo, que trata das invasões germânicas, foi estruturado em dois subcapítulos, para melhor abordagem dos temas. Ao se tratar das invasões, procurou-se demonstrar as causas da mesma e as transformações sociais decorrentes do sincretismo cultural romano-germânico nos limites territoriais do antigo Império Romano, onde se fizeram necessárias as seguintes fontes: ANDERSON (1991); GIORDANI (1970) e MACEDO (2006). Logo após, discorreu-se sobre como as políticas do Império Franco corroboraram para o fortalecimento das relações de dependência pessoal entre o campesinato e a nobreza (respectivamente, despossuídos e detentores de terra), se utilizando dos trabalhos de GIORDANI (1970) e MELLO (1990). Posteriormente, tratou-se da significância das segundas invasões germânicas para o fortalecimento dos laços de dependência, contrapondo suas causas com as das primeiras invasões, para tanto, se fez o uso das obras de BLOCH (2009); GIORDANI (1970) e MELLO (1990).

No quarto capítulo, observou-se a contribuição da Igreja Católica na organização social feudal, que sendo herdeira do Império Romano, procurou, em toda a sua existência dentro da Europa fragmentada, manter os padrões imperiais, sempre se rearticulando diante dos acontecimentos. Sendo a única instituição da época, foi a ação unificadora que deu bases para que se estruturasse a sociedade feudal. Para que esse capítulo fosse elaborado, se utilizou dos escritos de BASCHET (2006); FRANCO JR (1988-1991); HEERS (1977); INÁCIO e LUCA (1994) e LE GOFF (2007).

O capítulo quinto também foi dividido em mais dois subcapítulos, que abordaram as especificidades do feudalismo. Primeiramente, se tratou da consolidação do sistema feudal, analisando sua infraestrutura e superestrutura, que se reflete nos surgimento das três ordens do feudalismo, onde se teve o prazer de se utilizar as obras de ANDERSON (1991); BLOCH (2009); ELIAS (1993); FRANCO JR (1991) e LE GOFF (1980). Por conseguinte, se analisou as características do modo servil de produção, que foi se formulando através do fortalecimento das relações de dependência entre o camponês e o nobre, onde os servos se encontravam na base da pirâmide social, determinado pelas ordens, presos ao meio de produção feudal (o solo), para tanto se contou com os escritos de ANDERSON (1991); BLOCH (2009) e FRANCO JR (1991). Em seguida, buscou-se explicar a especificidade da relação de suserania e vassalagem, tão importante para a superestrutura do feudalismo, que se fundamentava na relação de igualdade e responsabilidades mútuas entre suserano e vassalo, firmados através de um contrato feudo-vassálico, permeado por simbolismos, sendo que para tal análise foram utilizadas as obras de BLOCH (2009); DUBY (1994) e ELIAS (1993).

No sexto e último capítulo, se discorreu sobre a importância da matriz social na manutenção da ordem social feudal, sendo o discurso da cristandade o instrumento responsável por tal manutenção, permeado por representações e simbologias, construindo assim, o imaginário do feudalismo. Na formulação desse capítulo, serviu-se dos escritos de DUBY (1994); FRANCO JR (1991) e LE GOFF (1980).

2. Relações sociais presentes no Império Romano entre os séculos III e V

Entre as várias classes sociais existentes dentro do Império Romano, havia duas condições em que os indivíduos podiam se encontrar: a de homem livre e a de escravo, sendo a liberdade quem ditava essas relações sociais.

Ao se analisar as relações sociais presentes na Roma Antiga, não há como deixar de evidenciar o modo de produção vigente dentro dessa sociedade, que era o escravista, modo de produção esse que terá grande peso no desenrolar dessas relações e na história subsequente das relações entre os homens.

[...] Assim, a escravidão era o vínculo que unia cidade e campo, para o desmedido benefício da *polis*. [...] A riqueza e o conforto da classe urbana proprietária da Antiguidade clássica – acima de tudo, a de Atenas e Roma em seu apogeu – repousavam sobre o amplo excedente que rendia a difusa presença desse sistema de trabalho, que não deixava nenhum outro intacto. (ANDERSON, 1991, p. 25)

Ao se tratar a condição do indivíduo dito “homem livre”, é importante que se tenha a ciência de que nem todo homem livre era detentor de uma mesma equidade, sendo sua condição determinada pelo grupo social concernente. A categoria homem livre era essencialmente constituída pela classe dos patrícios, dos clientes e dos plebeus.

Seja qual for a cidade, o fato fundamental da sociedade do Império Romano é a convicção de que existe uma distância social intransponível entre os notáveis “bem nascidos” e seus inferiores. A evolução mais sensível do período romano é a discreta mobilização da cultura e da educação moral para afirmar tal distância. (BROWN, 1989, p. 230)

A condição social do homem livre no Império Romano era determinada por suas posses, o que significava ser detentor de terras, sendo então, a partir disso, traçadas as relações sociais, políticas e econômicas, além de que, esses detentores de terras eram protegidos por leis, que lhes garantiam essas posses.

Foi a jurisprudência romana que pela primeira vez emancipou a propriedade privada de quaisquer qualificações extrínsecas ou restritivas, desenvolvendo a nova

distinção entre a mera posse – o controle factual de bens – e a propriedade – o pleno direito legal a eles. (ANDERSON, 1991, p. 64)

Os patrícios eram os cidadãos romanos, detentores de grandes propriedades, escravos e direitos políticos, também lhes cabiam o desempenho de funções em altos cargos públicos e militares. Os clientes eram homens livres, mas não eram reconhecidos como cidadãos, estavam ligados aos patrícios através de prestação de serviços em troca de proteção e auxílio financeiro. Os plebeus eram também homens livres que, a princípio, não possuíam direitos à cidadania, constituíam a maioria da população, sendo eles os trabalhadores livres, se dedicavam ao artesanato, ao comércio e ao trabalho no campo.

As distinções entre essas classes remontam às origens da fundação de Roma pelas primeiras tribos, sendo os patrícios descendentes desses pais fundadores, lhes cabendo o título de romanos originais.

“A população de Roma compreendia três tribos que estavam divididas em clãs (*gentes*, relacionado ao grego *génê*). Cada clã (*gens*) era composto de grupos de famílias.” (CHEILIK, 1984, p. 143)

Sendo a sociedade estruturada no seio da família e da religião doméstica, todo o desenvolvimento das relações sociais partirá desse princípio, pois, nessa época primitiva, só eram considerados cidadãos as pessoas que fossem membros de uma família e possuíssem religião, que se fundamentava no culto a um antepassado comum. O culto doméstico era hereditário e realizado por um pai de família, que também herdava a propriedade, a autoridade e o dever de proteger sua gente (*gens*), sendo nesse sistema patriarcal que se deu o surgimento dos patrícios, ou *paters* (pais).

Essa família indivisível, que se desenvolvia através dos tempos, perpetuando o culto e o nome de século a século, era verdadeiramente a *gens* antiga. A *gens* era a família, mas a família que conservara a unidade que a religião lhe ordenara e alcançara todo o desenvolvimento que o antigo direito privado lhe permitia atingir. (COULANGES, 2011, p. 138)

Estando a religião presente em todos os aspectos da vida dos romanos, ela torna-se a base das relações sociais. Um cidadão só é detentor de direitos porque a religião lhes assegura esses direitos. As demais camadas sociais – geralmente povos conquistados e subjugados – não possuem direitos justamente por não pertencerem a uma família, não descenderem de um *pater*, e, por conseguinte, não possuírem religião, os tornando inferiores: “Sem religião comum não havia direito comum.” (COULANGES, 2011, p. 250)

É também em detrimento dessa religião que surge a relação de dependência do cliente, que acabava por associar-se a uma dessas famílias patrícias, para que, por intermédio delas,

obtivesse participação nos ritos religiosos (presidido pelo “pater-família”), tendo assim, certa integração à sociedade. Esse vínculo é sagrado, há direitos e deveres um para com o outro, é a ligação de homem para homem instituída através da religião.

“A clientela é vínculo sagrado, que a religião formou, nada havendo que possa rompê-lo. O homem, uma vez cliente de uma família, nunca mais poderia separar-se dela.” (COULANGES, 2011, p. 146)

Foi através das tradições que a aristocracia romana manteve em suas mãos o poder, firmando assim, seus direitos, que mesmo após os vários conflitos sociais e a suposta dissolução das antigas classes e o estabelecimento da cidadania para todos, não se vê praticamente alterações na estruturação da sociedade, se mudaram os nomes, mas não a essência.

Não houve transformação social econômica ou política para estabilizar a propriedade rural do cidadão comum em Roma. [...] A dominação política da nobreza bloqueava todos os esforços para inverter a implacável polarização social da propriedade da terra. (ANDERSON, 1991, p. 54)

E assim, torna-se perceptível o profundo distanciamento que o direito à propriedade impôs sobre os homens, os levando a conflitos, dependências e explorações. Os levando mesmo a escravizar seus iguais – o ser humano.

[...] a estrutura social romana reduzia-se à seguinte configuração básica: de um lado, o abismo existente dentro do próprio corpo cívico entre cidadãos proprietários e cidadãos sem propriedades e, de outro, a oposição entre homens livres e escravos. (FLORENZANO, 1982, p. 83)

A escravidão em Roma é incontestável, sendo esta região uma das primeiras a se utilizar da mão de obra escrava em larga escala. A condição do homem como escravo variou muito na antiguidade clássica, pois, dependia da época, da sua função, do seu senhor ou do meio em que se encontrava. Podia-se encontrar escravos em toda a sorte de funções, tanto nas cidades, quanto nos campos, a escravidão era generalizada, tendo processo diferente da escravidão de *plantation*¹ das Américas.

Para FRANCO Jr. (1991, p.10-11), a Política Imperialista Romana provocou profundas alterações na sociedade e na economia, devido às imensas conquistas territoriais e o acúmulo de riquezas, levando a um grande número de escravos, enfraquecimento dos pequenos e médios proprietários e a concentração de terras nas mãos de poucos.

¹ Sistema de produção agrícola vigente na América Colonial, onde subsistia a produção de monocultura destinada à exportação, através do trabalho escravo realizado nos latifúndios.

“A obtenção das grandes quantidades de escravos necessárias para os trabalhos agrícolas e outras estava sujeita, desde o começo, à realização de guerras e à conquista de territórios novos.” (FLORENZANO, 1982, p. 91)

É importante que se tenha em mente a condição do homem enquanto escravo na antiguidade, que foi inferiorizado, explorado e objetificado, ou seja, tratado como objeto, como coisa. O escravo era visto como uma ferramenta que trabalhava sozinha, que só se encontrava acima do animal e do implemento. Em momento algum a escravidão é questionada, a própria filosofia justifica o escravo ao afirmar que o trabalho é alheio ao homem. O que ocorreu na antiguidade não foi a escravização apenas do trabalho, mas sim uma completa escravização do ser.

Sendo um bem que se possui, um escravo é um inferior. E, como essa inferioridade de um homem faz de outro homem seu proprietário, um chefe, esse amo, seguro de tal grandeza, a consagrará considerando natural a inferioridade do escravo: um escravo é um sub-homem por destino, e não por acidente; a escravidão antiga tem por analogia psicológica menos remota o racismo. Enfim, como o poder do amo sobre esse instrumento humano não é regulamentar, e sim total e direto, o escravo não será um assalariado pontual, mas um homem dedicado que obedece do fundo da alma, e não em virtude de regulamentos e horários definidos. (VEYNE, 1989, p. 62)

Com o fim das conquistas imperiais que lhes fornecia a possibilidade de propriedade de terras, o exército romano foi se extinguindo, já não há mais atrativo na função. Junto com o fim das conquistas, está, também, o fim da obtenção de escravos. É a crise do escravismo, que como já se foi dito, era à base da economia, afetando assim todos os níveis estruturais existentes dentro do Império, acarretando a falta de mão-de-obra e inflação do valor da mesma, instabilidade política, revolta dos camponeses (trabalhadores livres, os plebeus) e aumento dos impostos, que a aristocracia tendia a burlar, acabando por minar os pequenos e médios proprietários.

Com a crise econômica do Império manifestada nas cidades, e a subsequente invasão dos povos germânicos, ocorreu então o processo de ruralização da sociedade, que via no campo a segurança e a possibilidade de obtenção do necessário para sobrevivência.

A penetração dos bárbaros germânicos não alterou esse quadro, pelo contrário. De fato, a quebra da unidade política romana acentuava as tendências regionalistas daquela aristocracia e reforçava seus privilégios. A vida e a população urbanas, em decadência desde o século III, continuaram a evoluir nesse sentido, mesmo sem ter esse processo sido acelerado pelas invasões do século V, como seria pelas do século IX. As camadas humildes também não tiveram sua sorte alterada, pois os invasores de maneira geral mantiveram as estruturas anteriores. (FRANCO Jr, 1991, p. 13)

Decorrentes do processo de ruralização surgem as *villae* – grandes propriedades rurais – e o colono, que eram homens livres que recebiam um lote de terra para produção, em troca de

parcelas da mesma, sendo o princípio da ligação do homem à terra. O colonato foi então a saída encontrada para a crise do escravismo, substituindo a mão-de-obra escrava na produção das grandes propriedades.

O resultado foi o surgimento e a ocasional predominância, na maioria das províncias, do *colonus* – o rendeiro camponês dependente, amarrado à propriedade de seu senhor, pagando-lhe aluguéis em bens ou em dinheiro por seu lote ou trabalhando em seu cultivo em meação (os trabalhos remunerados propriamente ditos não eram comuns). (ANDERSON, 1991, p. 90)

3. Relações sociais características dos povos germânicos

Os Germânicos eram os povos que viviam além dos rios Reno e Danúbio, em regiões da atual Europa Centro-Oriental, sendo vizinhos fronteiriços do Império Romano do Ocidente, que os consideravam “bárbaros” por não possuírem a cultura helênica de que tanto tinham apreço. Nas palavras de Heers: “Os gregos, depois os romanos, designavam pelo nome de bárbaros todos os povos declaradamente estrangeiros, rebeldes à sua civilização, seu modo de vida, suas estruturas econômicas e sociais, sua cultura, e mesmo à sua língua.” (1977, p. 13-14)

O que em suma caracteriza as sociedades germânicas é a ausência de um governo centralizado, não se conhecendo assim o aparato do Estado, e a ligação com o campo, sendo uma sociedade essencialmente rural, traço que se refletia na religião germânica, que se constituía em adoração à natureza. Os povos, em geral, se distribuíam em clãs e tribos, estando, pois, centrados na vida em comunidade, o que acabava por estabelecer uma forma quase horizontal no relacionamento social, ou seja, praticamente sem hierarquias, sendo a família patriarcal, a base da vida social.

“Os germanos desconheciam Estado e cidade. Sua vida social estava centrada na comunidade, na tribo, no clã, enfim, na família, em que o indivíduo encontrava sua razão de ser.” (GUERRAS, 1987, p. 15)

Outra característica comum aos povos germânicos era a belicosidade, sendo a guerra praticamente a única instituição conhecida. Para os germânicos, em geral, o que diferenciava e dava prestígio a um homem era a atividade de guerreiro, traço que se manterá permanente durante toda a Alta Idade Média da Europa Ocidental, resultando mais tarde, nos famosos cavaleiros da ordem feudal.

“Mas a guerra não era apenas um meio de afirmação social e política: proporcionava também um gênero de vida, e jamais compreenderemos o espírito que animava os homens daquele tempo se não levarmos em conta esse aspecto.” (MACEDO, 2006, p. 89)

Na sociedade germânica, assim como na romana, havia também as condições de homem livre e a de escravo em que os indivíduos podiam se encontrar, sendo nesta, acrescentada uma terceira condição, a de semilivre. Mas é necessário que se entenda que tais povos, devido à organização tribal de vida, não possuíam classes sociais bem definidas, sendo assim, o que determinava a condição dos homens na sociedade tribal germânica era o pertencimento a uma família, pois a base da estrutura social das tribos se encontrava na *sippe*, que era uma espécie de clã, formada por uma comunidade de linhagem, onde era estabelecida proteção mútua entre os membros.

O elemento social fundamental eram os homens livres, os guerreiros, cuja morte implicava uma indenização elevada. Além de portarem armas, tinham direito de expor nas assembleias sua opinião. Em um escalão inferior, estavam os semilivres, oriundos de povos vencidos. Eram numerosos, mas talvez não constituíssem maioria em todos os lugares. Por último havia os escravos, domésticos ou dedicados ao cultivo das terras. Eram cativos, prisioneiros de guerra ou devedores insolente, que estavam ligados à cultura do solo. (GUERRAS, 1987, p. 16)

Além da família, outro fator determinante para as relações sociais, como já foi salientado, era a guerra, pois era através dela que os indivíduos afirmavam sua condição de livres, sendo a base do que se pode chamar de hierarquia social. As guerras também tinham por objetivo, o saque, conquistar novas terras e a obtenção de mão de obra servil.

“Inicialmente, ela era uma atividade permanente no mundo bárbaro, definindo o lugar dos indivíduos na sociedade ao garantir o estatuto de homem livre aos guerreiros.” (MACEDO, 2006, p. 94).

A partir do século III, as sociedades germânicas já não se encontravam mais como a Germânia descrita por Tácito² ao fim do século I, que, em razão das relações estabelecidas através do *limes* imperial romano, acabou por acrescentar alguns aspectos ditos civilizados (em contra partida a ideia de que os germânicos eram considerados bárbaros), ao modo de vida em tribo, que ocasionara alterações que podem ser encontradas nas relações sociopolíticas e econômicas dessas sociedades. É importante que se tenha em mente, que essas alterações não transformaram por completo os costumes de vida tribal, que na essência, foram preservados.

² Tácito foi um historiador romano que descreveu em detalhes os costumes e a vida dos povos germânicos em sua obra, *Germania*, em 98 d.C.

“Povos em contato mais estreito com o Império inevitavelmente revelavam estruturas social e econômica mais “avançadas” e maiores distanciamentos em relação ao modo de vida tradicional das tribos.” (ANDERSON, 1991, p. 105)

Em questão econômica, a princípio, ANDERSON (1991) diz que entre os germânicos prevalecia um modo de produção comunal primitivo, ou seja, o trabalho agrícola era realizado de forma comunitária, sendo a produção repartida entre todos os membros da tribo. O trabalho pastoril, apesar de os rebanhos serem de propriedade privada, era realizado em consonância ao agrícola, se utilizando da rotatividade do solo em decorrência das produções. O comércio desses rebanhos particulares com os romanos será o responsável pela formação da fortuna pessoal dos guerreiros, o que resultará em certa estratificação da sociedade.

Politicamente, cada clã germânico possuía sua *moot* (assembleia), formada pelos homens livres, que governavam localmente. Essas assembleias também se reuniam uma vez por ano para discutir assuntos de interesse das tribos. Em geral, esses povos só aceitavam um chefe em tempos de guerra, que detinha um poder quase absoluto durante os períodos de conflito. Nas palavras de Giordani: “Uma vez por ano reúne-se uma assembleia ao ar livre (junto de uma árvore ou ao pé de uma montanha) com a finalidade de escolher um chefe, fazer uma guerra ou, ainda, julgar contendas entre as tribos.” (1970, p. 19)

Posteriormente, essas assembleias passaram a ser organizadas por um conselho de nobres, que fixava os assuntos a serem debatidos, onde os homens livres tinham o direito de opinarem. Com o firme estabelecimento da nobreza, os chefes passaram a ser escolhidos dentro dessa classe. No século V, em sua grande maioria, já haviam alcançado o estágio de reinos hereditários, como no caso, por exemplo, de Clóvis, da Dinastia Merovíngia (rei dos Francos) e de Genserico, rei dos Vândalos. Devido a isso, há também o surgimento de um tipo de cortejo ao redor desses líderes, verdadeiros reis, que através do prestígio pessoal, ligavam a eles grupos guerreiros ajuramentados, fundamentados na fidelidade, assegurando assim, o poder em suas nobres mãos.

O mando estava nas mãos de chefes hereditários ou dos ricos que se achavam à cabeça de um importante *comitatus*. Criava-se um setor de pessoas dependentes e um grupo de homens livres para o serviço de armas na guerra e nas expedições de botim. O enriquecimento dos chefes favoreceu sua transformação em proprietários. Deste setor, surgiu o grupo dirigente da formação política seja em uma espécie de principado ou em forma de monarquia. Foi desta nobreza que saíram os chefes do exército da época tardia. (GUERRAS, 1987, p. 17-18)

A propriedade privada de terras, inicialmente, era um elemento desconhecido entre os povos tribais, sendo a terra distribuída entre os clãs, o que começou a se alterar a partir do século I, quando a terra passou a ser distribuída diretamente aos indivíduos, ocasionando na

diminuição da periodicidade das redistribuições, e assim, a terra passa a ter um caráter privado, o que será intensificado com o costume de se beneficiar com terras aos fiéis guerreiros, dando bases para a formação de uma nobreza agrária no seio da sociedade tribal. Além da influência romana, isso também é resultado das constantes guerras, que, sendo institucionalizadas, serão o principal agente para as diferenciações sociais.

Agora, uma nobreza cortesã solidificada e a fortuna individual em terras haviam por quase todos os cantos sucedido a rude igualdade dos clãs originais. A longa simbiose das formações sociais romana e germânica nas regiões fronteiriças gradualmente estreitara a brecha entre ambas, embora ainda continuasse uma fenda enorme na maioria dos aspectos. De sua colisão e fusão final e cataclísmica iria surgir finalmente o feudalismo. (ANDERSON, 1991, p. 106-107)

4. Invasões Germânicas

Ao se tratar das invasões germânicas é comum se encontrar o uso dos termos como “bárbaro” e “invasões bárbaras” para se caracterizar os povos não pertencentes à cultura helênica, sendo necessário o cuidado de não adotá-los acriticamente, pois, é sabido o caráter pejorativo que acompanha o termo ainda hoje. Quando aqui utilizado, não se tem por objetivo reforçar a visão etnocêntrica que tal termo carrega.

Com efeito, a tais palavras estão associadas idéias de selvageria, atraso, violência desmedida, anarquia, primitivismo, e outras similares. Ao adotá-las acriticamente, a historiografia acaba por reproduzir o caráter etnocêntrico que as impregna. (MACEDO, 2006, p. 94)

Desde o século III, já ocorria à entrada de bárbaros nos limites territoriais romanos. Essas invasões, ou imigrações, – ditas pacíficas – ocorriam por ordem econômica e militar, havendo então a absorção de milhares de bárbaros como mão de obra. Giordani diz que: “Povos inteiros vinculados a Roma por um contrato (federados), conservando seus costumes e sua organização social e política, foram, assim, acomodados em território do Império.” (1970, p. 32)

A Europa, até então conhecida como antigo mundo romano, passou por profundas modificações sociopolíticas e econômicas após a intensificação das invasões germânicas no século V, em decorrência dos ataques dos Hunos contra os mesmos. Essas invasões foram responsáveis pela quebra da unidade territorial do Império, dando origem aos reinos bárbaros. Reinos que se tornaram a base estrutural da Europa Moderna.

A unidade econômica, política e militar do Império Ocidental foi fragmentado de maneira irreparável. [...] As províncias recaíram em desordem e confusão endêmicas, sua administração tradicional submergiu ou perdeu o rumo; a rebelião

social e o banditismo reinaram por áreas imensas; culturas locais arcaicas e sepultadas vieram à superfície, e a pátina romana ruiu nas mais remotas regiões. Na primeira metade do século V a ordem imperial foi dissipada pelo influxo dos bárbaros por todo o Ocidente. (ANDERSON, 1991, p. 108-109)

Já no início do século VI, os reinos bárbaros encontram-se estabelecidos na Europa, e, imediatamente passam a lutar entre si pela hegemonia do território.

Ao se analisar as diferenças, tanto sociais, quanto econômicas do Império Romano e das tribos germânicas, sendo o primeiro urbano e a segunda rural, não há como deixar de ressaltar o grande abalo ocorrido entre as duas civilizações de costumes tão diferentes, mesmo já com os contatos estabelecidos através do *limes*, sendo grande o colapso social ocorrido. É evidente que mesmo com a quebra imperial e o retrocesso urbano, em sua maioria, os chefes germânicos, após as querelas da fixação, tenderam a manter, da forma que podiam, os padrões romanos.

Entretanto, nem tudo era selvageria e destruição. Admiradores dos valores da civilização romana, os germânicos tentaram, em vão, dar continuidade àquele estilo de vida. Com a adoção do cristianismo, gradualmente assimilaram algo do que lhes foi legado do mundo antigo através dos membros letrados da Igreja. (MACEDO, 2006, p. 94)

Com a consolidação dos reinos bárbaros e o sincretismo entre as culturas romanas e germânicas, um novo quadro social se formou no território europeu. A essa sociedade que se formava, integraram-se muitos traços relacionados ao modo de vida em tribo característico dos povos germânicos.

Sendo assim, pode-se citar como reflexo dessas características, as políticas descentralizadas, o Direito Consuetudinário³, a fidelidade ao juramento ao seu líder – o valor em sua palavra –, as mudanças linguísticas e as relações familiares. Outra prática comum era a concessão de terras (mais tarde conhecida como *beneficium*) aos colaboradores, tornando-os assim, senhores de terras, sendo os Francos o povo de maior relevância dentre as alterações aqui citadas.

O dualismo rígido e instável do século V desapareceu aos poucos no século VI. [...] Um lento processo de fusão, integrando elementos germânicos e romanos numa nova síntese que haveria de substituí-los, começou a ocorrer gradualmente. O mais importante destes desenvolvimentos – o surgimento de um novo sistema agrário – infelizmente é o mais obscuro para a historiografia subsequente. (ANDERSON, 1991, p. 117-118)

³ É o direito (lei) que surge dos costumes e passados através deles, isto é, não possuem leis escritas.

4.1. Império Franco e fortalecimento da relação de dependência

Um fator de relevância, que teria suma importância no cenário que se formava na Europa Central e, mais tarde, na formação da sociedade feudal, foi a conversão direta dos Francos ao Cristianismo Católico, que os tornaria o braço armado da Igreja. Essa conversão se deu inicialmente por meio de Clóvis, no século V, o que resultou na conversão de todo seu povo, pois pelos costumes da vida em tribo, não poderiam ter religião que não fosse a de seu Rex (rei).

“O batismo de Clóvis constitui, entre a conversão de Constantino e a coroação de Carlos Magno, um capítulo decisivo na História da influência da Igreja nos destinos da Civilização Ocidental” (GIORDANI, 1970, p. 143)

A coroação de Carlos Magno, no natal do ano 800, pelo papa Leão III, seria parte decisiva da história do Ocidente, coroação essa, que o tornaria o defensor do Sacro Império Romano-Germânico, e daria à Igreja a chance de se restabelecer.

Esse pendur meridional do título imperial e a vinculação com a Santa Sé não mais desapareceriam, adicionando, por conseguinte, um elemento perturbador na política dos futuros herdeiros da obra carolíngia no século X, os senhores do Império Romano-Germânico. (MELLO, 1990, p. 65)

Os Francos, em toda sua existência dentro do Antigo Império Romano, tenderam a fortalecer a relação de dependência entre campesinato e nobreza. Isso se deve a seu tipo administrativo – que era influenciado pela tradição germânica –, em que o poder e a proteção, acabam por se concentrarem nas mãos de grandes aristocratas. Isso pode ser notado a partir da Dinastia Merovíngia, quando, após a morte de Clóvis, houve a partilha do território entre seus filhos, resultando no enfraquecimento do poder central e no fortalecimento das políticas centrífugas, ou seja, no aumento dos poderes locais.

A ameaça constante de total desintegração do reino dos francos, em virtude do costume de partilha entre os herdeiros, à morte de cada rei, os terríveis conflitos familiares que revestem o aspecto de verdadeiras tragédias gregas, a crescente rivalidade entre a realeza [...] e a aristocracia territorial de origem germânica e romana, eis alguns traços característicos do reinado dos sucessores de Clóvis. (GIORDANI, 1970, p.145-146)

Essas características tornaram-se mais evidentes sobre a Dinastia Carolíngia, sendo Carlos Magno o grande responsável por instituir os mecanismos que levariam a tal dependência, pois devido ao tamanho territorial de seu império, acreditava que através dos juramentos de fidelidade e da concessão de *beneficium*, construiria uma rede de conexão, onde todos estariam ligados a ele, centralizando assim, o poder em suas mãos. Esses costumes

foram também difundidos às futuras gerações, junto a eles, os problemas que tal administração acarretava.

Um deles era a necessidade de remunerar bem os serviços dos grandes, entre os quais se buscava apoio, reforçando destarte o seu poder. Outro, engendrava-o a própria concepção carolíngia de governo lastreado no juramento de fidelidade, cujo funcionamento foi perfeito enquanto o governo esteve forte. Com o enfraquecimento deste, o sistema passou a atuar em benefício de seus delegados regionais e locais, condes, marqueses, viscondes etc. (MELLO, 1990, p. 51)

A dependência entre campesinato e nobreza, também estava fundamentada na posse de terra, iniciando-se com o surgimento do colono dependente da aristocracia rural romana e se fortalecendo com a dinâmica social decorrente do sincretismo romano-germânico. Neste tipo administrativo, não restava alternativa aos camponeses, despossuídos de terra, que era o único bem valioso que alguém poderia possuir na Idade Média, a não ser, submeterem-se a um desses senhores de terras, trabalhando em seus campos, para que assim, mesmo que de forma precária, pudessem obter moradia e alimento.

4.2. Consequências das segundas invasões

Outro fator importante para o fortalecimento desses laços de dependência foi a segunda horda de invasão bárbara, que coincide com a divisão do Império Carolíngio após a morte de Luís, o Piedoso, nas últimas décadas do século IX. Nas palavras de Mello: “Estraçalhado pelas ambições pessoais e pelas brigas entre os partidos da nobreza, assoberbado pelos contínuos ataques vikings, húngaros e sarracenos, o Império Carolíngio sossobrou melancolicamente.” (1990, p. 59-60)

Diferentemente das primeiras invasões bárbaras, que tinham por objetivo a fuga frente a um inimigo, a segunda foi uma invasão violenta, que tinha por objetivo a pilhagem, causando incalculáveis estragos, tantos materiais, quanto mentais.

Mas estas devastações materiais não eram tudo: seria preciso poder igualmente avaliar o choque mental. Este foi tanto mais profundo quanto a tempestade, especialmente no Império Franco, sucedia a uma relativa calma. É verdade que a paz carolíngia não era muito antiga e a bem dizer nunca havia sido completa. Mas a memória dos homens é curta e a sua capacidade de ilusões é insondável. (BLOCH, 2009, p. 59)

Neste período das segundas invasões, houve novamente um grande fluxo de pessoas para o campo, tornando a sociedade, já de caráter rural, ainda mais ruralizada.

Das antigas povoações que, por toda a parte, desapareceram, nem todas, aliás, tinham sido destruídas pelo ferro ou pelo fogo. Muitas foram simplesmente

abandonadas em busca de refúgios mais seguros: como é habitual, o perigo universal levava à concentração da população. (BLOCH, 2009, p. 60-61)

Em decorrência do cenário de invasão, que coincidiu com o fim do Império Carolíngio, há a quebra da unidade Imperial, que significou a perda do poder de fato do rei, que não poderia mais proporcionar a segurança que a população necessitava; e, como consequência, culminou na privatização da defesa nas mãos dos nobres, que exerceriam agora o papel que caberia ao poder central, firmando uma vez mais, a política centrífuga que permeava todo o feudalismo.

O grande fator responsável pelo aceleração do processo de privatização da defesa foram os ataques vikings, sarracenos e húngaros. Como sua fase mais aguda ocorreu após a divisão do Império Carolíngio e num contexto de crescente fraqueza dos poderes públicos, a resistência aos invasores só poderia ser feita pelos condes e outros efetivos detentores de poder em cada região. [...] A fragmentação política completou-se, pois a regionalização da defesa era uma necessidade. (FRANCO Jr., 1991, p. 20-21)

E por fim, as segundas invasões corroboraram para a clericalização da futura sociedade feudal, que só se tornou possível graças à vitória do cristianismo séculos antes, processo que se iniciara no Antigo Império Romano e se desenvolvera com a aliança junto aos Francos, sobrevivendo à queda de impérios e às invasões bárbaras. Devido ao cenário catastrófico que novamente se encontrava a Europa Central, decorrente dessas invasões e da desestruturação do poder central, as pessoas se encontravam em estado escatológico, ou seja, sentimento ligado ao fim do mundo, que possibilitou à Igreja – que era a única instituição organizada na época do feudalismo – o domínio ideológico da sociedade.

Pode-se assim falar, a partir da cristianização do império, em clericalização da sociedade em dois sentidos: quantitativamente, porque a proporção de clérigos em relação ao conjunto da população torna-se muito superior à que existira no paganismo ou mesmo que viria a existir em outras sociedades; qualitativamente, porque o clero torna-se um grupo social diferenciado dos demais, possuidor de privilégios especiais e de grande poderio político-econômico. (FRANCO Jr., 1991, p. 21).

5. O papel da Igreja na organização social feudal

Nos primeiros tempos, a religião permeou todos os aspectos da vida dos homens. Com o advento da filosofia, houve então uma valorização do ser humano, sendo a razão a luz que guiou as condutas desses homens. Devido ao esfacelamento do Império Romano do Ocidente e as invasões germânicas, houve a quebra dessa racionalidade e da ordem, levando a um sentimento generalizado de medo.

E assim, a filosofia torna-se fria, não supre mais as necessidades desses homens, que se viram novamente a procura de suprir suas necessidades primitivas, que só a religião poderia acalantar, sendo nesse cenário de desordem – tanto mental, quanto físico do mundo – que o Cristianismo Católico ganhou força.

O pensamento medieval não pode ser dissociado das condições históricas em que floresceu. Após o desaparecimento do Império Romano do Ocidente, a Igreja, enquanto praticamente única instituição que logrou manter-se estruturada, tomou a si a responsabilidade pela preservação e difusão da cultura. (INÁCIO; LUCA, 1994, p. 34)

Ao ser reconhecida como religião oficial do Estado em 380 por Teodósio I, a Igreja Católica torna-se a herdeira direta do Império Romano, que ao receber sua herança, teve que se desdobrar para manter a integridade da antiga sociedade, que se via convulsionada devido aos germânicos e as diversas culturas que voltavam a superfície, devido a política imperialista que as tinham sepultado.

[...] Nascida nos quadros do Império Romano, a Igreja aos poucos ia preenchendo os vazios deixados por ele, até em fins do século IV se identificar com o Estado, quando o Cristianismo foi reconhecido como religião oficial. Consequentemente, a Igreja passava a ser a herdeira natural do Império Romano. (FRANCO Jr., 1988, p. 108)

A Igreja começa então a agir, precisava preservar o que ainda restava das cidades, e devido à ruralização e a penetração dos povos bárbaros, necessitava converter os campos, que ainda conservadores, mantinham-se pagãos⁴.

As ações nas cidades se refletiram através dos bispos, que tiveram papel fundamental na preservação da fé no meio “urbano”, sendo considerados os pilares da Igreja. Uma rede de cidades episcopais se formou, onde os bispos tornaram-se as principais figuras de autoridade, os representantes da lei e da ordem. Como afirma Heers: “Membro da grande aristocracia, rico proprietário, administrador experiente, o bispo protege a cidade contra pilhagens e desordens; assegura o abastecimento e controla o mercado, constrói e mantém hospitais e escolas.” (1977, p. 32)

Nos campos, tem-se o combate contra o paganismo, empreendido principalmente pelos monges missionários, que acabam por converter toda a Europa Central, incluindo os reinos germânicos, formados após as invasões, unindo assim, campo e cidade através do cristianismo.

⁴ O termo vem de *pagus* (campo), que quer dizer o *paganus*, o camponês, o homem do campo. O paganismo era a religião do campo, voltada à adoração aos deuses da natureza. Pagão era então o homem não convertido ao Cristianismo Católico.

"A Igreja condenara e combatera um conjunto de crenças e de comportamentos procedentes seja da Antiguidade Romana, seja do passado bárbaro, e que ela amalgamara sob o rótulo de paganismo." (LE GOFF, 2007, p. 93)

Esse combate pode ser lido através da destruição dos templos e ídolos, dessacralização da natureza e a cristianização dos ritos e crenças pagãs, sendo o culto aos santos, em lugar dos cultos antigos, o maior exemplo da resiliência da Igreja Católica. Para Baschet, "[...] essa maleabilidade marca também o limite da conversão do Ocidente medieval ao cristianismo e da formação de uma sociedade cristã no seio da qual a Igreja começa a adquirir uma posição dominante." (BASCHET, 2006, p. 69)

O transcurso do século VIII será de suma importância à história subsequente da Idade Média, pois se tem nele, em primeiro lugar, a falsificação pela Igreja, do documento segundo o qual, Constantino teria no século IV, transferido o poder imperial sobre o Ocidente ao papa, justificando assim, o grande prestígio e aumento do poderio do bispo de Roma, ficando sob sua posse o "Patrimônio de São Pedro", território que se estende de Roma a Ravena.

Igualmente importante para se entender a clericalização é considerar o crescente poder econômico da Igreja. [...] A partir de 321, quando o imperador Constantino autorizou a Igreja a receber legados, a quantidade de seus bens cresceu rapidamente. [...] o próprio Estado revelou-se o mais pródigo doador. Por isso é que em meados do século VIII a Igreja pôde falsificar o documento conhecido por Doação de Constantino. Segundo este, no século IV teria sido transferido para o papa o poder imperial sobre Roma, a Itália e todas as províncias romanas do Ocidente. (FRANCO Jr., 1991, p. 24-25)

Em segundo lugar, tem-se o movimento cultural empreendido por Carlos Magno, conhecido como Renascimento Carolíngio, que tinha por objetivo a produção das letras, da arte e da educação. Esse movimento acabou por elevar o nível de conhecimentos dos bispos, lhes possibilitando bases mais elaboradas para seus discursos teológicos e estipulou um padrão às práticas litúrgicas, até então condicionadas aos particularismos regionais.

Carlos Magno, frente à necessidade de reorganizar o ensino para obter um clero melhor qualificado e uma nobreza constituída por funcionários aptos a garantir o bom desempenho administrativo de um Estado centralizado, promoveu uma renovação cultural, bastante intensa, que chegou a ser considerada por alguns um verdadeiro "renascimento". (INÁCIO; LUCA, 1994, p.41)

A consolidação do poderio papal se dá no início do século IX, ao conceder o diadema imperial ao chefe carolíngio, o papa reafirma o poder atemporal e espiritual da Igreja ante o poder temporal dos monarcas, autoridade essa, que foi possibilitada, em parte, pela "Doação de Constantino". Segundo BASCHET (2006), foi através de sua vinculação com os francos (reino, depois império) que a Igreja se consolidou enquanto organização e tomou posição de domínio sob a sociedade, onde ficaram instituído os dízimos, a unificação litúrgica, a erudição

da cristandade (os tornando corpo separado da sociedade laica) e a definição das regras de vida em sociedade. Franco Jr. diz que: “De fato, a partir de início do século IX, inspirada no Direito Canônico e em Santo Agostinho, ganhou terreno a teoria do agostinianismo político, que afirmava a superioridade do espiritual sobre o temporal, dos bispos sobre os reis.” (FRANCO Jr., 1988, p. 114)

Com as conversões realizadas e a instituição Igreja consagrada, o corpo eclesiástico, possuía o necessário para difundir a mentalidade clerical, estabelecendo os dogmas e os ritos necessários à manutenção da sociedade, que passará a exercer o “domínio” de todas as áreas da vida dos homens. Isso se deve graças à falta de um poder centralizado, proporcionando espaço sem restrições para que atuassem.

[...] a Idade Média ignora toda a autonomização do domínio religioso, pois a Igreja, como comunidade, é a sociedade em sua globalidade, enquanto, como instituição, ela é sua parte dominante, que determina suas principais regras de funcionamento. (BASCHET, 2006, p. 168)

As condições históricas, juntamente com o sincretismo romano-germânico e o desenvolvimento da mentalidade clerical, proporcionaram, após séculos de gestação, a estruturação da sociedade feudal. A Igreja (do grego *ecclesia*, comunidade ou assembleia), através do cristianismo católico, foi então o alicerce que sustentou a pirâmide social do feudalismo, cabendo-lhe o papel de genitora dessa sociedade.

“[...] Sendo a Igreja a única instituição organizada da época, de atuação realmente católica, quer dizer, universal, a ela cabia a função cimentadora, unificadora, naquela Europa fragmentada em milhares de células.” (FRANCO Jr., 1991 p. 55)

6. Consolidação da estrutura feudal

De maneira simples, pode-se dizer que os princípios que caracterizaram a formação do feudalismo foram: o processo de ruralização da sociedade, o esfacelamento do Império Carolíngio e as invasões normandas no século IX.

A partir desse ponto, ao fim do século IX, os vários processos da longa gestão do feudalismo, que se iniciaram lá no Antigo Império Romano, estavam completos, com sua estrutura definida e indesejável, pronta a permanecer durante os próximos três séculos.

“A gradual descentralização do governo e território, a transferência da terra, do controle do suserano conquistador para a casta guerreira como um todo, nada mais é do que o processo conhecido como ‘feudalização’.” (ELIAS, 1993, p. 36)

O Feudalismo foi então, o sistema político e econômico existente na Europa Central, entre os séculos IX e XII, possuidor de características únicas, sendo marcado pela descentralização política, pela economia de subsistência, pela sociedade de ordens – consolidando a vassalagem e o modo servil de produção –, e pela mentalidade clerical.

Politicamente, a força centrífuga das políticas locais tomaram corpo, fragmentando o poder central. Esse processo teve como catalisador o esfacelamento do Império Carolíngio, quando os vassalos reais (duques, condes, marqueses), passam a atuar em prol de seus interesses pessoais, agindo de forma independente, não mais representando os interesses do monarca. Como afirma Elias: “Uma vez que virtualmente nada havia na estrutura social que tornasse as várias regiões dependentes do suserano, o domínio deste último reduziu-se, de fato, a pouco mais do que seu próprio território.” (1993, p. 31)

Importante ressaltar, que a figura do rei não desapareceu durante o período do Feudalismo, pois, com o caráter sacro que passou a ter após a vinculação do título Imperial com a Santa Sé, que o tornava “rei pela graça de Deus”, e todo o simbolismo sagrado que sua figura representava, sendo confirmada pela unção que recebia de um bispo, ou mesmo de um papa, como aconteceu com Carlos Magno, era impossível sepultar essa personificação tão bem construída pela Igreja, mesmo que ela continuasse viva apenas no imaginário das pessoas, tornando-se apenas uma representação do que um dia já o fora.

Portanto, em termos práticos, o rei era um senhor feudal como os demais, mandando efetivamente apenas nos seus senhorios, e vivendo daquilo que estes produziam. Em suma, por ser soberano, o rei não desapareceu com o Feudalismo, mas se adaptou às condições tornando-se suserano; por ser suserano, manteve uma fração de seu poder anterior, podendo com a decadência do Feudalismo assumir novamente o papel de soberano. (FRANCO Jr., 1991, p. 42-43)

Economicamente, era uma sociedade de caráter agrícola, propensa à subsistência e à autossuficiência, tendo sua produção baseada no trabalho servil. Franco Jr. afirma que: “Era claramente uma sociedade agrícola pelo fato de essa atividade envolver a grande maioria da população e por quase todos, direta ou indiretamente, viverem em função dela.” (1991, p.30)

Cada feudo tendia a produzir no local, tudo quanto fosse necessário para sobrevivência, tirando dessa terra as matérias-primas – origem animal, vegetal ou mineral – necessárias para consumo *in natura*, e detinham produção artesanal local também, para transformação da matéria-prima quando necessário, como no caso do queijo, tecidos, instrumentos agrícolas etc.

Essa propensão a ser autossuficiente, é explicável pelo fato de estarem constantemente com medo da fome, que em razão das técnicas precárias de produção e as intempéries do tempo, que podiam arruinar suas pequenas produções, preferiam estar prevenidos, produzindo tudo o que fosse possível em suas próprias terras.

Ao contrário do que se possa pensar, o comércio nunca esteve de todo adormecido durante o Feudalismo. FRANCO JR (1991, p.30) diz que o comércio “mantinha mesmo certo porte, apesar de irregular e de intensidade variável conforme as regiões”. Juntamente com o comércio, as moedas, mesmo que reduzidas, ainda tilintavam pela a Europa Ocidental.

É de crer que a moeda, no Ocidente «feudal», nunca esteve totalmente ausente das transações, mesmo nas classes camponesas e acima de tudo ela nunca deixou de desempenhar o papel de padrão das trocas. O devedor pagava muitas vezes em mercadorias; mas em mercadorias geralmente «apreciadas» uma por uma, de maneira que o total destas avaliações coincidissem com um preço estipulado em libras, soldos e dinheiros. (BLOCH, 2009, p. 87)

O comércio ainda era existente, pois nem tudo era possível de se conseguir dentro do feudo, sendo algumas mercadorias imprescindíveis, como o sal, já outras, nem tanto, como o vinho, joias etc, que só podiam ser encontradas em determinados lugares que tinha a possibilidade de as produzirem, ocasionando assim em trocas comerciais. Essas trocas ocorriam de uma região a outra, conforme os interesses e as necessidades. Ocorriam também, as trocas locais dos excedentes de produção. Para Bloch: “As trocas não eram, portanto, inexistentes; pelo contrário, eram irregulares ao último grau. A sociedade daquele tempo não desconhecia evidentemente nem a compra nem a venda, mas não vivia, como a nossa, da compra e da venda.” (2009, p. 88)

Socialmente, o Feudalismo era uma sociedade de estamentos, ou seja, era o sistema de sociedade semiaberto, em que a posição social do indivíduo era decidida pelo nascimento, havendo pouca ou quase nenhuma ascendência social. Essa estratificação estava ligada à vitaliciedade e hereditariedade das funções vassálicas, quadro que tomou corpo junto ao Império Carolíngio.

Enquanto na Roma Clássica o critério fundamental de diferenciação social era liberdade, a partir do século III a condição econômica e a participação nos quadros diretivos do Estado eram decisivas. Mais ainda, desde o século IV estabeleceu-se a vitaliciedade e hereditariedade das funções, quebrando a relativa mobilidade anterior. (FRANCO Jr., 1991, p.12-13)

Com a consolidação da hereditariedade, o nascimento é quem vai ditar o futuro do indivíduo, sendo então passado de geração em geração não só a ligação de dono da terra, mas também a condição de ligação com a terra como trabalhador.

Esse estamento, que permeou todo o Feudalismo, só foi possível devido à rígida ordem em que era classificada e mantida a sociedade feudal, pois era essa ordem que justificava tal estamento.

Em finais do século IX surge na literatura medieval, para se espalhar no século XI e até tornar-se um lugar-comum no século XII, um tema que descreve a sociedade dividida em três categorias ou ordens. As três componentes desta sociedade tripartida são, segundo a forma clássica de Adalbéron de Laon, nos princípios do século XI: *oratores*, *bellatores*, *laboratores*, quer dizer os clérigos, os guerreiros e os trabalhadores. (LE GOFF, 1980, p. 75)

A primeira ordem, a dos clérigos, era a responsável pelo contato com o sagrado, o contato com Deus. Eram os *oratores*, os que oravam em prol de toda a população em busca do auxílio divino. Mantinham o monopólio da comunicação com o divino, pois só eles detinham capacidade para entender o mundo celeste e interpretar corretamente o mundo terrestre, sendo através de suas orações, que os homens alcançariam as graças de Deus.

“Portanto, eles exerciam poderoso controle sobre a conduta dos homens, elaborando o código de comportamento moral, de ação social e de valores culturais.” (FRANCO Jr., 1991, p. 36)

Com o costume do celibato difundido entre a ordem clerical – havia a necessidade de se buscar componentes em outra classe, buscando assim no grupo social mais próximo – e os direitos de primogenitura entre os nobres, tornando o primeiro filho herdeiro de tudo, restava aos demais filhos – despossuídos de terras – a vida monástica. Tem-se então a origem dos clérigos na nobreza, mesmo porque essas duas aristocracias possuíam os mesmos valores e interesses.

A segunda ordem, a dos guerreiros, era a detentora da força militar, os responsáveis por manter toda a sociedade cristã em segurança. Os *bellatores* tinham dupla origem, os de mais alto nível se encontravam no seio da antiga nobreza franca, e os de níveis mais baixos, pessoas de origem humilde, que foram sustentadas por um senhor, que lhe cedia terras como pagamento, como era o costume da época, aparecendo assim, os cavaleiros, que acabavam por se tornarem novos senhores de terras, usufruindo dos mesmos privilégios da velha nobreza.

Todavia, do século IX ao século XIII, o aparecimento dos *bellatores* no esquema tripartido corresponde à formação de uma nova nobreza e, nesta época de profunda transformação da técnica militar, à preponderância da função guerreira nesta nova aristocracia. (LE GOFF, 1980, p. 80)

Com esse fato, pode-se mais uma vez ressaltar, como a posse de terras ditava em geral a condição do indivíduo na Idade Média. Anderson afirma que “O poder feudal estava assim ligado de maneira singular ao solo nesta época triste.” (1991, p. 152)

E a terceira ordem, a dos trabalhadores, que compõem o restante da sociedade, a massa de camponeses, era composta em sua grande maioria por servos. Os *laboratores* tinham grande responsabilidade para com todos, pois era do trabalho de suas mãos, lavrando os campos, que produziram os alimentos de toda a população, tornando-se a essência do modo de produção feudal.

Foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural, na qual nem o trabalho nem os produtos do trabalho eram bens. O produtor imediato – o camponês – estava unido ao meio de produção – o solo – por uma específica relação social. (ANDERSON, 1991, p. 143)

6.1. As relações servis de produção

A específica relação social à qual o camponês estava ligado em seu meio de produção, a que se refere o autor Perry Anderson, é a relação servil de produção existente entre os nobres e os camponeses, sendo esses últimos dependentes dos primeiros.

Como já citado, o nobre é o detentor de terras e também da segurança, ao cuidar da proteção de todos, é necessário então que alguém produza em suas terras. Essa produção recairá então sobre o camponês destituído de terras, que necessita de moradia, alimento e proteção. Hipoteticamente, essas necessidades suprir-se-iam ao passo que estivessem trabalhando nas terras de um desses senhores feudais. Nas palavras de Bloch: “Que, na pequena fortaleza senhorial, o camponês pudesse encontrar algumas vezes uma proteção e um abrigo, não é duvidoso. A opinião dos contemporâneos tinha, porém, boas razões para ver nela, antes de mais nada, um perigoso covil.” (2009, p. 333)

Para a nobreza, o trabalhador é uma fonte de impostos, pois ao se ligar à terra concedida pelo nobre, só podia nela permanecer através de pagamentos específicos exigidos. Cada família camponesa, responsável por um lote de terra, produzia então para sua subsistência e, para o pagamento de impostos que devia ao senhorio.

Devia-lhe uma taxa sobre o usufruto da terra (censo); uma parte de sua produção (talha); pagava pelo uso de moinhos, ferramentas, fornos etc (banalidades) e devia ainda cultivar as terras do senhorio durante cinco dias por semana (corvéia), sendo essas suas obrigações centrais para com o senhor, sem contar os impostos de situações específicas, como o *formariage*, que era uma taxa para se casar com uma pessoa submetida a outro senhor e os dízimos da Igreja.

A classe camponesa de quem era extraído o excedente neste sistema habitava então um mundo social de direitos e poderes superpostos, e a própria pluralidade de cujas

instâncias de exploração criavam interstícios latentes e discrepâncias que seriam insuportáveis num sistema jurídico e econômico mais unificado. (ANDERSON, 1991, p. 145)

A relação servil era então o laço que prendia o homem à terra, tornando-o totalmente dependente de seu senhorio, pois devido a tantos impostos, sempre lhe devia algo, ficando sempre a título de dívida, preso à terra. Ademais, mesmo que ele conseguisse se ver livre de seu primeiro senhor, seria apenas para servir a um segundo senhor, não lhe restando alternativa. Mas, contudo, como afirma Franco Jr., “é preciso colocar essa relação no seu devido lugar, lembrando a forte conotação religiosa que ela possuía que fazia o senhor ser visto também como um patrono, um propiciador de fertilidade, e não simplesmente um explorador.” (FRANCO Jr., 1991, p.33)

6.2. A vassalagem

A vassalagem conhecida durante a sociedade feudal tem sua gênese com os francos, sendo o resultado imediato dos costumes de conceder *beneficium*. A rede de conexões entre os homens, criada por Carlos Magno estava agora consolidada.

Diferentemente da relação servil, que era baseada na desigualdade entre a nobreza e o campesinato, a vassalagem era uma relação de igualdade, que se restringia à nobreza, firmado pelo contrato feudo-vassálico, contrato esse, baseado na fidelidade, onde suserano e vassalo possuem responsabilidades mútuas.

“Quando a dádiva era consentida a um novo vassalo, a investidura tinha lugar imediatamente depois da homenagem e da fé. Nunca antes. O ritual criador da fidelidade precedia, necessariamente, o salário.” (BLOCH, 2009, p. 198)

Com o tempo, todo um ritual envolvia a vassalagem, cheio de simbolismos, que tendia a difundir-lo pela sociedade e reforçar as relações, como demonstra Duby:

A posição do homem que, pelos gestos da homenagem, se tornou “moço” (vassalus) de um “ancião” (senior) é semelhante à do, filho perante o pai: deve “servir”; mas em troca é remunerado: o afecto corresponde ao respeito, o “benefício” ao “serviço”. Em tudo, os dois homens devem retribuir igualmente. *Mutuo in vicem reddere*. Mutualidade, mas numa organização hierárquica. Os laços mais fortes não unem, na verdade, iguais. A distância entre os graus tonifica o comércio afectivo. O movimento nasce da diferença: esta alimenta aquele, estimula-o, acelera-o, pela complementaridade dos serviços. Porque o senhor, espécie de pai, é normalmente o mais sabedor e o mais rico, e porque o vassalo, espécie de filho, é normalmente mais vigoroso, é normal que o primeiro receba do outro o auxílio militar, o auxílio da segunda função, como compensação do que ele próprio fornece: o alimento, a paz,

distribuindo feudos, mantendo assim na concórdia a coorte fogosa dos seus “homens”. (1994, p. 90)

Mas com o tempo, a vassalagem tornou-se um paradoxo, que acabava por desconstruir toda a sua fundamentação, pois ela acabava por se tornar uma força centrífuga. Isso pode ser mais bem entendido nas palavras de Elias:

A lealdade do vassalo era, afinal, regulada exatamente pelo grau real de dependência entre as partes, pelo jogo da oferta e procura entre os que davam terra e proteção em troca de serviços, por um lado, e aqueles que deles necessitavam, por outro. [...] O “senhor feudal” tinha “direito” à terra que conferiu a alguém, mas era o vassalo quem realmente a controlava. A única coisa que tornava o vassalo dependente do senhor, uma vez assumisse posse da terra, era a proteção no sentido mais amplo da palavra. Mas a proteção nem sempre era necessária. (1993, p. 64)

7. A importância da matriz social na manutenção da ordem feudal

Para que as ordens fossem estabelecidas, foi necessária toda uma prévia preparação da antiga sociedade, preparação que não foi difícil, pois o ocidente já tendia a caminhar por vias paralelas a essa sociedade de ordens. Podem-se encontrar na literatura, desde o século IX, os instrumentos para propagação das ordens.

Se este tema, até então ausente da literatura cristã, aparece entre o século IX e o XI, é porque corresponde a uma nova necessidade. Esta imagem conceptual da sociedade relaciona-se com novas estruturas sociais e políticas. Mas, como todo utensílio conceptual, este esquema não tinha por finalidade somente definir, descrever, explicar uma nova situação. Era também um instrumento de acção sobre essa sociedade nova e, antes do mais, ao nível de acção evidente, um instrumento de propaganda. (LE GOFF, 1980, p. 76)

O discurso da cristandade é construído de forma que se possa afirmar as ordens, estando todo permeado por formas de se hierarquizar a sociedade, causando a mudança de mentalidade.

Trata-se, portanto, de uma ordem igualmente hierarquizada, repousando na sobreposição de graus, contudo diversa, intemporal: a “ordem dos méritos”. Essencial. Subjacente, mantém e justifica o princípio de autoridade. Uma parte da sociedade merece dirigir a outra. Porque “os que estão em baixo” são moralmente de menor valor, estão subordinados “aos que ficam à cabeça” (prelati), “que falam” (predicadores), “que regem (rectores), os “poderosos” (potentes). (DUBY, 1994, p. 86)

Ele é, sobretudo, um discurso baseado na ordem celeste, sendo a terra a sua representação, e como os clérigos eram os únicos capazes de discerni-lo, os discursos reafirmavam sua posição no topo da pirâmide social. Justificavam também a posição da nobreza – que lhes era necessária, pois era dela que vinha sua fonte de poder e proteção – e

subjugava a massa, justificando sua posição na base da pirâmide, devido a seus pecados, sendo o trabalho a forma de redenção.

A ordo acaba, pois, por designar um corpo privilegiado, isolado do resto, investido de responsabilidades específicas, manifestando a sua coesão, a sua superioridade, a sua dignidade pelo lugar que se atribuía nos desfiles religiosos, militares e civicos. Este é o primeiro sentido. O segundo é abstracto. Por ordo entende-se a organização justa e boa do universo, aquilo que a moral, a virtude e o poder têm por missão manter. (DUBY, 1994, p. 93)

Toda essa representação era justificada pela vontade de Deus, onde cada qual se encontrava na posição em que foi predestinado a estar. Duby diz que: “Do conceito agostiniano procede toda a moral sociopolítica dos bispos carolíngios, a noção de uma ordenação que a “sageza” pode discernir, estabelecendo as justas relações de autoridade e de submissão entre os homens.” (1994, p. 94)

As três ordens do feudalismo eram então uma construção ideológica, e como toda construção ideológica, era uma representação mental do real, um projeto de como deveria então a sociedade ser formulada. Como toda ideologia, tinha o objetivo de favorecer a uma determinada camada social, a camada social que a formulou.

Pode-se então encontrar no seio dos clérigos as bases para o imaginário do feudalismo, sendo ela – Igreja – senhora de terras, detinha em suas mãos, como qualquer outro senhor feudal, a submissão do campesinato pelo modo de produção servil e a fidelidade de seus senhorios pelo rito da vassalagem.

Acabavam por defender esse sistema, pois em sua maioria, os clérigos saíam do seio da nobreza, e como nobres que eram, pensavam como tais, não havendo mudança de perspectiva para com sua nova condição social (clero). Seu discurso privilegiava então sua ordem atual e também a ordem de sua origem, pois as duas eram possuidoras do verdadeiro poder da época, a posse de terras.

Portanto, a ideologia das três ordens funcionava para a elite, e sobretudo para a elite clerical elaboradora do modelo, como um sonho e também como uma arma para manter seus interesses. O próprio uso do termo *ordo* (ordem) é significativo no seu duplo sentido: corpo social isolado dos demais, investido com responsabilidades específicas; organização justa e boa do universo, que deve ser mantida pela moral e pelo poder. Assim, *ordo* expressa certo imobilismo social visto como garantia de preservação da Ordem universal. Ou seja, diante das forças do Mal (entenda-se transformações e contestações sociais) que ameaçavam o mundo, aquele modelo ideológico pretendia ser estabilizador. (FRANCO Jr., 1991, p.35)

A tudo que o termo ordem significou no feudalismo, são nas poucas palavras de Duby (1994, p. 94) que se tem uma visão clara do que foi o sistema de ordens que permeou o feudalismo: “A ordem é, pois, o fundamento sacralizado da opressão.”

8. Considerações finais

Para que se entendesse a formação da sociedade feudal, existente entre os séculos IX e XII, o presente artigo levantou a questão problema de quais seriam as raízes para o estabelecimento da mesma, já que devido a sua forte mentalidade e ordenação, não poderia ter-se fixado tão rapidamente sem profundas bases.

A hipótese levantada de que as raízes datam dos processos de ligação do homem com a terra e a vulnerabilidade de defesa do mesmo, estando sempre a mercê de um senhor, mostrou-se verdadeira, pois, pelas delimitações que foram estabelecidas para elucidar o estabelecimento de tais raízes, comprovou-se ser longo o processo de gestação da sociedade feudal, que remonta aos tempos do Antigo Império Romano com o surgimento das *villae* e o colonato.

Através dos textos analisados, foi possível detectar que foram vários os fatores que contribuíram para tal ligação. As invasões germânicas, por exemplo, tenderam por fortalecer esses laços do homem com a terra, pois devido aos seus costumes de vida em tribo, contribuíram para a ruralização da sociedade e para o fortalecimento da dependência pessoal, devido ao tipo administrativo por eles exercido, baseado na lealdade e nas concessões de *beneficium*, que acabariam por consolidar o poder nas mãos de alguns poucos privilegiados. Desses costumes, se consolidou também no feudalismo o modo de produção servil e os ritos de vassalagem – ritos esses de suma importância dentro da mentalidade feudal.

Compreendeu-se, que a formulação do feudalismo, o foi possível, graças descentralização do poder central, que através da instabilidade de segurança em que se encontravam a massa, tendia a submissão ao poder local. Essa descentralização dava também à Igreja a chance de se afirmar sobre os demais, aproveitando-se de seu prestígio alcançado com a vitória do cristianismo séculos antes e com a junção da Santa Sé com o título Imperial, lhe possibilitando nesses tempos instáveis, se consolidar como a única instituição “unificadora” do Ocidente.

E, acima de tudo, foi possível que se estabelecesse a posse de terra como agente principal dessa formulação de sociedade. Sendo ela o único bem realmente válido, dando legitimidade ao poder de quem a possuía, pois é dela que são tirados os alimentos e as matérias-primas de que se precisa, havendo assim, sujeição dos destituídos desse bem.

Por tudo que a posse de terra significava, consegue-se então compreender a ordenação tripartida da sociedade e, de como seus idealizadores buscaram justificá-la, para que se

mantivessem em suas mãos. É nesse ponto que o imaginário do feudalismo se fixa, que há a mudança de mentalidade, que os ritos litúrgicos entranham na célula da sociedade e que a ideia de todos os homens fazerem parte de um mesmo organismo, cada qual com sua função, acaba por se firmar.

9. Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). **História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 1.
- CHEILIK, Michael. **História Antiga: De seus primórdios à queda de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização**. V. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. **O mundo antigo: Economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FRANCO Jr., Hilário. **O Feudalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. **A Idade Média: O nascimento do Ocidente**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História dos Reinos Bárbaros**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- GUERRAS, Maria Sonsoles. **Os Povos Bárbaros**. São Paulo: Ática, 1987.
- HEERS, Jacques. **História Medieval**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tânia Regina de. **O Pensamento Medieval**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. **As raízes medievais da Europa**. São Paulo: Vozes, 2007.

MACEDO, José Rivair. Conquistas Bárbaras. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO, José Roberto. **O Império de Carlos Magno**. São Paulo: Ática, 1990.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). **História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 1.